

ANAIS DO SETA, Volume 2, 2008

IMPLICATURA-I, ANÁFORA NOMINAL E ANÁFORA DE EVENTOS

Renato Miguel BASSO¹

RESUMO: O presente artigo trata da presença da implicatura-I, que responde por potencializações de interpretação, no processo de resolução de anáfora nominais (objetos) e de anáfora de eventos. Procuramos mostrar que, a despeito das diferenças existentes entre esses dois tipos de anáfora, há um paralelo possível a ser traçado entre os processos inferenciais mobilizados por uma e outra: nos dois em que a implicatura-I desempenha um papel importante. Ao fim, mostramos também que esse paralelo desvenda mais uma dessemelhança entre esses dois tipos de anáfora, relativa a questões mereológicas: ao passo que os eventos podem ser decompostos espacial e temporalmente, os objetos o podem, num primeiro olhar, apenas espacialmente.

ABSTRACT: In this paper, we trace a parallel between nominal (object) and event anaphora concerning the inferential processes demanded to solve them. We claim that in both there are instances of the I-implicature. When this parallel is further examined, although, it's possibly to find another difference between this two type of anaphora, concerning their mereological composition.

1. INTRODUÇÃO

Muitos autores já apontaram para o papel das inferências contextuais e pragmáticas mobilizadas para resolução de anáforas, notadamente de anáforas indiretas, associativas, conceituais e também no fenômeno conhecido como dêixis discursiva, que consiste, *grosso modo*, no uso de um pronome demonstrativo para apontar para um determinado seguimento de texto que contém uma ou mais expressões lingüísticas (nomes, verbos, sentenças, predicados) no qual um antecedente deverá ser encontrado ou, segundo algumas teorias, trazido à tona mediante alguma operação de coerção.

Não seria descabido se dentre essas inferências encontrássemos também fenômenos pragmáticos pertencentes à categoria das implicaturas conversacionais generalizados. E é justamente à investigação de uma delas e de seu papel na retomada anafórica de eventos e de nomes (objetos) que procederemos aqui.

Para tanto, na seção abaixo revisaremos rapidamente a teoria griceana das implicaturas conversacionais generalizadas (ICG), apresentando a proposta de Levinson (2000), a qual, em seguida, será exemplificada com anáforas nominais. Feito isso, exploramos o papel da implicatura-I no domínio dos eventos e da anáfora de eventos. Por fim, na última seção traçaremos algumas conclusões e um levantamento dos problemas em aberto.

¹ PG/UNICAMP/FAPESP.

2. A IMPLICATURA-I

Atualmente, as implicaturas conversacionais generalizadas desempenham um papel extremamente abrangente e importante nos estudos em semântica formal das línguas naturais. Sua importância é tamanha, que muitos autores discutem qual é o lugar da pragmática na arquitetura da gramática, e em que momento se dá o seu processamento (cf. Levinson, 2000; Chierchia, 2004; Horn, 2005), não entraremos, contudo, nesse debate aqui (cf. Pires de Oliveira & Basso, 2007).

A teoria griceana clássica, que pode ser encontrada no texto “Logics of Conversation” (1980 [1967]), procurava dar conta de um certo tipo de conhecimento que os falantes das línguas naturais possuem e empregam consistentemente durante interações conversacionais. Como mostra Grice, esse conhecimento é diferente do conhecimento semântico, pois o conhecimento pragmático pode, entre outras coisas, ser revisto e/ou apagado; em suma, ele é cancelável sem gerar contradições. Como exemplo, tomemos as sentenças abaixo (as diferenças no uso das setas indicam que se trata, no primeiro caso, de um acarretamento e no segundo de uma inferência pragmática):

- (1a) João está vivo. → João não está morto.
- (1b) * João está vivo e morto.
- (2a) Alguns alunos tiraram 10 na prova => Nem todos os alunos tiraram 10 na prova.
- (2b) Alguns alunos tiraram 10 na prova, e, na verdade, todos os alunos tiraram 10 na prova (ou seja, não é verdade que nem todos os alunos tiraram 10 na prova).

A sentença (1a) permite a inferência indicada. Porém, a sentença (1b), interpretada literalmente, i.e., dizendo que João está vivo e não está vivo ao mesmo tempo, é claramente uma contradição – trata-se de um conhecimento semântico. A sentença (2a) permite a inferência que está do lado direito de =>. Contudo, o conhecimento que permite essa inferência é pragmático e não semântico, visto que podemos, sem gerar contradição, negar a conclusão: “Nem todos os alunos tiraram 10 na prova”, como em (2b). Se o conhecimento que permite a inferência em (2) fosse da mesma natureza daquele presente em (1a)-(1b), deveríamos esperar o mesmo padrão; dado que esse não é o caso, a natureza dos conhecimentos é diferentes.

Feita essa assunção, Grice parte então para expedientes explicativos que possam dar conta do que acontece em (2a, b) – por isso, formula as suas famosas máximas conversacionais, todas obedientes ao princípio da cooperação. Entre os chamados neo-griceanos (que procuram reinterpretar a obra de Grice e advogam a independência entre semântica e pragmática, colocando a pragmática *à la* Grice como um fenômeno mais amplo que as ICGs), Levinson (2000) apresenta uma reformulação das 4 máximas de Grice, mantendo o seu princípio da cooperação (PC).

Esse princípio afirma: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, 1980 [1967], p. 86). O que o falante (e o ouvinte) faz então é, segundo Levinson, observar o PC de acordo com as três heurísticas (2000, pp.35-38):

Heurística Q (HQ): “make you contribution as informative as required”;
Heurística I (HI): “what is expressed simply is stereotypically exemplified”;
Heurística M (HM): “what’s said in an abnormal way isn’t normal”.

Como exemplo de um raciocínio pragmático, voltemos às sentenças em (2). Se um falante que observa o PC e as heurísticas diz algo como:

(3) Alguns alunos tiraram 10.

O ouvinte tem então direito de proceder da seguinte forma: se o falante que disse (3) observou o PC e HQ, então ele contribuiu com tudo o que pôde contribuir em seu turno de fala. Ora, dizer que alguns alunos tiraram 10 é menos informativo do que dizer que todos os alunos tiraram 10; assim sendo, ao usar a forma em (3), ou o falante sabe que nem todos tiraram 10 ou ele não tem evidências para afirmá-lo tanto, e desse modo, sendo cooperativo, utiliza (3) e autoriza a inferência de que “Nem todos os alunos tiraram 10”. Nunca é demais ressaltar que essa inferência é pragmática no sentido de que o mesmo falante que disse (3) pode retificar essa sentença com (4) sem gerar contradições:

(4) Na verdade, todos os alunos tiraram 10.

A HQ é derivada da primeira máxima da quantidade de Grice e responde pelas chamadas “implicaturas escalares”, como é o caso de “alguns” => “nem todos”, e certamente é o tipo de implicatura mais estudada por lingüistas e filósofos. Por questões de espaço e interesse, não nos deteremos na HQ, mas sim na HI, que é o foco do presente texto.

A HI deriva da segunda máxima da quantidade de Grice, “não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido” (1967 [1980], p. 87). Ao passo que a HQ pode ser vista como um restritor de interpretações (a sentença “Alguns alunos tiraram 10” tem mais contextos que a tornam verdadeira do que “Nem todos os alunos tiraram 10”), a HI pode ser vista como um potencializador de interpretações, e responde por situações como:

- (5) O livro do João é legal => o que ele está lendo, emprestou, comprou, escreveu – resolvido a partir do contexto.
- (6) João virou a chave e a porta abriu => interpretação causal: a porta abriu porque João virou a chave.
- (7) Pedro entrou na sala e ele sentou => Pedro = ele.

Além disso, sentenças como “O livro está na mesa” são interpretadas, pós-HI, como “O livro está *normalmente* na mesa (i.e., *não* está embaixo da mesa, em pé na mesa, no canto esquerdo da mesa, etc)”.

Com o exemplo (7), é possível ver alguns dos papéis desempenhados por HI na resolução de anáforas. Na seção abaixo, veremos mais alguns exemplos para o caso das anáforas nominais (objetos).

3. HI E ANÁFORAS NOMINAIS

Tomemos as seguintes sentenças:

- (8) João tirou as coisas do piquenique da cesta. A cerveja estava quente.
- (9) João comprou uma mesa_i ontem. Pelo que eu ouvi, ela_i é azul
- (10) João comprou um carro_i ontem. Pelo que eu ouvi, ele_i é azul.

A sentença (8) pode ser um caso da chamada anáfora associativa, resolvida, assim como (7), por um raciocínio como: procura pelo referente o mais próximo possível (o raciocínio é mais complexo, mas não o apresentaremos aqui).

Uma sentença como (9) não parece invocar tal princípio, e a relação de correferência aqui é transparente. Por sua vez, a sentença (10) exige algum tipo de conhecimento de mundo ou a intervenção da HI, pois com a sentença (10) não podemos ter, por exemplo, que as rodas do carro sejam azuis, ou que seu interior o seja e nem que o seu motor e maquinaria também o sejam². O que é importante notar é que se esse fosse o caso (i.e., as rodas do carro fossem azuis) a sentença (10) seria tão pouco informativa como (11) o é numa situação em que *A Revolução dos Bichos* está na biblioteca do IEL e quem pergunta “Onde está *A Revolução dos Bichos*?” também:

- (11) *A Revolução dos Bichos* está em algum lugar da biblioteca do IEL.

É um paralelo com o que acontece para o caso de (10) que queremos traçar com a anáfora de eventos. Porém, antes disso temos que investigar, ainda que rapidamente, como ocorre a implicatura disparada por HI no domínio dos eventos que nos interessa.

4. HI, PERFECTIVIDADE E ANÁFORA DE EVENTOS

Boa parte da literatura sobre tempo e aspecto vê na relação entre as sentenças abaixo um acarretamento, um relação semântica, portanto (mudamos propositalmente a seta aqui):

- (12) João pintou o quadro -> João pintou o quadro inteiro/João terminou/acabou de pintar o quadro/O quadro está pintado.

Lembrando dos exemplos (1) e (2), se realmente estivéssemos diante de uma relação de acarretamento, as sentenças abaixo deveriam ser contradições:

- (12a) João pintou o quadro, mas ainda não terminou/acabou.
- (12b) João pintou o quadro até às 15hs.
- (12c) João pintou o quadro, mas ficou um pedaço por fazer.

² Na verdade, é possível pensar que a mesa da sentença (9) tenha gavetas e que elas não sejam azuis. De uma forma ou de outra, o ponto é que nem sempre esse raciocínio é mobilizado.

Se elas não são contraditórias, então a relação que temos em (12) não é uma de acarretamento, mas sim de implicatura, e a seta a ser usada é \Rightarrow . Falta então explicitar o raciocínio por trás de tal implicatura.

A primeira coisa a notar é que estamos diante de um evento télico e perfectivo. Télicos são todos aqueles eventos que carregam um ponto final não-arbitrário (*telos*), sobre o qual faz sentido perguntar se foi ou não alcançado. É assim que perguntamos com sucesso “Já chegou até o fim/acabou/terminou?” tratando-se de um evento de pintar um quadro, mas não quando se trata de um evento de correr (a não ser que seja uma corrida pré-determinada). A perfectividade responde pelo fato de o evento em questão não estar mais em andamento: a sentença “João pintou o quadro”, independentemente de o quadro estar ou não completo, diz que João, para um dado momento de referência, não está mais pintando o quadro. Em suma, uma sentença como “João pintou o quadro” diz: existe um evento de pintar o quadro, que é télico, protagonizado por João, que ocorreu num momento (contextualmente relevante) antes do momento deste proferimento da sentença e esse evento é apresentado como não mais em andamento.

Por si só, a semântica dessa sentença não fornece a interpretação de que o *telos* foi alcançado. Entretanto, a implicatura de que o *telos* foi alcançado pode ser obtida com a intervenção de HI, mediante o seguinte raciocínio: 1. a sentença diz que o evento não mais continua; 2. o evento é télico, e portanto tem um ponto final; 3. sendo cooperativo e fornecendo o máximo de informação com o mínimo de material lingüístico, através de HI, é possível realizar a implicatura de curso normal dos fatos ou interpretações estereotípicas; nesse caso, um evento que tem ponto final, apresentado por um falante cooperativo como perfectivo que (i) indica que o evento não mais continua e, portanto, (ii) permite a leitura de pontos finais, no curso normal dos fatos atingiu seu ponto final, i.e., o evento está terminado (para mais detalhes, cf. Basso, 2007).

E, de fato, parece ser exatamente isso que ocorre quando lidamos com anáfora de eventos. Tomemos a sentença abaixo:

(13) João pintou o quadro. Isso_i o deixou muito feliz.

O “isso” é claramente um termo anafórico (para ser mais preciso, parece que estamos diante de uma dêixis discursiva), mas muito menos claro é o termo do qual ele depende anaforicamente. Alguns autores chegam a negar que tal termo exista e que o ocorre é uma dependência anafórica a um segmento de texto (Webber, 1988). Porém, inseridos na chamada semântica de eventos, temos que uma sentença como “João pintou o quadro” refere-se a um evento, ainda que sem, para tanto, dispor de um termo singular para eventos, e assim sendo “isso” refere-se ao evento por ela veiculado. Cabe então a pergunta: a qual evento “isso” se refere? Àquele com ou àquele sem o cômputo da implicatura? A resposta parece ser os dois, ou seja, o “isso” é insensível a tal implicatura. Por essa razão, (13) pode ser verdadeira tanto num contexto em que João pintou o quadro todo, quanto num contexto em que ele não pintou o quadro todo:

(14) João pintou o quadro. Isso_i o deixou muito feliz, mas ficou um pedaço por fazer.

Se computamos a implicatura de alcance de *telos* HI até o item “feliz”, com o item “mas” temos um indício de que devemos cancelá-la (como em (12c)). Assim sendo, é possível ver então um paralelo entre sentenças como (13) e (10): em ambos os casos, uma seleção é feita pela HI, comandada pelo predicado que vem depois (por exemplo, se em (10) o predicado fosse “novo” ao invés de “azul”, o carro inteiro seria selecionada, via HI, por “ele”, e não apenas as rodas, por exemplo).

Imaginemos ainda o seguinte cenário: João pintou um quadro no qual há uma floresta ao fundo, e uma ponte na frente; além disso, João é um excelente pintor de florestas, mas um péssimo pintor de pontes. Assim sendo, podemos dizer algo como:

(15) João pintou o quadro ontem. Isso o deixou bem contente até a parte da ponte; quando chegou lá, ele ficou bastante irritado.

(16) João pintou o quadro inteiro ontem. Isso o deixou feliz até a parte da ponte.

Ou seja, o “isso” em (15) ou (16) retoma uma parte do evento. Se disséssemos que “isso” retoma o evento *tout court*, teríamos problemas em explicar o que acontece com essas sentenças. Mais do que isso, o que acontece com (15)-(16) é um fenômeno paralelo ao que acontece com (13)-(14): tanto em (15) quanto em (16), “isso” tomando o evento todo (i.e., com o seu *telos* alcançado) ou não, não interage com a implicatura computada por HI, ou seja, os eventos aqui alcançaram sem dúvida o seu *telos*. Como conclusão, podemos dizer que operações mereológicas (i.e., relações parte-todo) sobre eventos em operações anafóricas independem da implicatura HI advogada aqui.

Além disso, parece ser o caso que, diferentemente do que acontece com objetos, eventos podem ser decompostos espacial ou temporalmente; (13)-(14) decompõem os eventos temporalmente, indicando que o *telos* não foi alcançado, e (15)-(16) os decompõem espacialmente, independentemente do *telos* ter sido ou não atingindo. Talvez algo semelhante possa ocorrer no domínio dos objetos também, mas seria necessário mais investigação para afirmar algo sobre isso.

5. ALGUMAS CONCLUSÕES

Ao longo deste texto, explicitamos a HI, analisando algumas das implicaturas por ela disparadas e seu papel na anáfora de nomes e eventos.

Apesar da relativa pouca pesquisa sobre anáfora de eventos, parece ser consenso entre os autores que se trata de fenômenos distintos (cf. Webber, 1988). Com o que vimos aqui, pudemos traçar um paralelo entre esses dois “tipos” de anáfora, ainda que não um paralelo superficial, mas sim nas formas de inferência por ambos mobilizados, implicaturas HI.

Ao mesmo tempo em que traçamos esse paralelo, mostramos também uma possível diferença entre os dois: ao passo que os eventos podem ser decompostos espacial e temporalmente, os objetos o podem apenas espacialmente. Contudo, seria interessante mais investigações a esse respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BASSO, R. M. (2007). *Telicidade e detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.
- CHIERCIA, G. (2004). "Scalar implicatures, polarity phenomena, and the syntax/pragmatics interface", in: A. BELLETTI (org.), *Structures and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, pp. 39-103.
- GRICE, H. P. (1980[1967]). "Lógica e Conversação", in: DACAL, M. (org.), *Fundamentos Metodológicos da Lingüística Contemporânea*. Vol. 4. Campinas: edição do autor, pp. 81-103.
- HORN, L. (2005). "The Border Wars: a neo-Gricean perspective". Versão eletrônica disponível em http://www.yale.edu/linguist/faculty/doc/horn_border.pdf.
- LEVINSON, S. (2000). *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicatures*. Cambridge: MIT Press.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. (2007). "A semântica, a pragmática e os seus mistérios", in: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, vol. 5, nº. 8, março. Versão eletrônica disponível em http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/8/artigos/revel_8_a_semantica_a_pragmatica_e_os_seus_misterios.pdf.
- WEBBER, B. (1988). "Discourse deixis: Reference to discourse segments", in: *Proceedings of the 26th Annual Meeting, Association for Computational Linguistics*, pp. 113-122.